GOVERNANÇA CLIMÁTICA E JUSTIÇA INTERGERACIONAL: O DEVER DE PROTEÇÃO AMBIENTAL FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Autor(res)

Antonio Donizete Ferreira Da Silva
Rafaella Chagas Americano
Paula Tiberio Das Chagas Viana

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SANTO ANDRÉ

Introdução

O fenômeno da mudança climática representa o principal desafio da atualidade.
Este estudo examina de que forma a estrutura legal e a administração climática do Brasil precisam se alinhar para assegurar a justiça Inter geracional, ou seja, o direito das futuras gerações de desfrutar de um planeta habitável.
O Ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), ressalta a gravidade do tema:
"O clima é a questão central de nosso tempo... As soluções que conseguirmos encontrar determinarão qual futuro a humanidade terá – ou mesmo se haverá um futuro."
Este trabalho transcende a mera teoria. Seu objetivo é produzir conhecimento relevante e com aplicação prática, examinando a crise climática a partir de diversos ângulos.

Objetivo

Investigar as bases conceituais da justiça Inter geracional e como ela se materializa no Artigo 225 da Constituição Federal (CF).
Avaliar os mecanismos e obstáculos da governança climática (tanto no plano internacional quanto nacional) para o alcance do desenvolvimento sustentável.
Propor soluções concretas no âmbito legal e político para reforçar a proteção ambiental no contexto brasileiro.

Material e Métodos

A pesquisa será de natureza:
qualitativa, exploratória e descritiva.
Este delineamento implica a condução de uma revisão bibliográfica e documental aprofundada, abrangendo:
publicações científicas, obras literárias, documentos oficiais emitidos por organizações e governos, além de tratados internacionais e o arcabouço legal pertinente à proteção ambiental e às alterações climáticas. Conceito: Representa a obrigação ética e moral da humanidade atual de assegurar que seus descendentes recebam um mundo com qualidade de vida e condições ecológicas viáveis. É o princípio fundamental de evitar que as vantagens obtidas no presente comprometam irremediavelmente o futuro.

Resultados e Discussão

Contribui para a compreensão da relação entre a justiça Inter geracional e a governança climática, tema que carece de maior aprofundamento, utilizando o Art. 225 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) como marco de referência. Atua na sensibilização sobre a urgência de salvar o planeta para as gerações vindouras, estimulando o engajamento cívico nas discussões e na implementação de políticas climáticas.

Conclusão

Governança Climática
Dever Constitucional
Resultado Desejado
Ações e Políticas
Mandato Legal (Artigo 225)
Justiça Intergeracional
Engloba os acordos, legislações e as táticas de redução de danos (mitigação) e preparação para impactos (adaptação) implementadas na prática.
Consiste na exigência jurídica que impõe ao Poder Público e à coletividade a responsabilida

Referências

FACHIN, Luiz Edson; Passagem do voto-vogal do Ministro no julgamento da ADPF 708 pelo STF, Tribunal Pleno, rel. Min. Barroso, j. 01.07.2022. Acesso em: 16 jul. 2025.

RINÇÃO, Vinícius Pires; TRIGUEIRO, Rodrigo de Menezes. Avaliação do impacto ambiental e licenciamento. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018. 184 p. Acesso em: 15 jul. 2025.

PEREIRA, Isabella Jorge Faria; GOMES, Luciana Lloyd Garzon. Direito ambiental. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017. Acesso em: 18 jul. 2025.

GIACOMELLI, Cinthia L. F.; ELTZ, Magnum K F. Direito e legislação ambiental . Porto Alegre: SAGAH, [Inserir ano de publicação]. E-book. pág.11. ISBN 9788595022942. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595022942/. Acesso em: 16 jul. 2025.